

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 528.359 - SP (2019/0247442-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
THIAGO GOES CAVALCANTI DE ARAUJO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEAN IGOR DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEAN IGOR DE OLIVEIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Habeas Corpus n. 2161996-12.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, pela suposta prática do crime do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, pois foi flagrado na posse de 12 (doze) invólucros plásticos contendo cocaína com peso líquido de 5,9g (cinco gramas e nove decigramas), 12 (doze) invólucros plásticos contendo maconha com peso líquido de 20,5g (vinte gramas e cinco decigramas) e 18 (dezoito) invólucros plásticos contendo cocaína na forma de "crack" com peso líquido de 5,9g (cinco gramas e nove decigramas) – e-STJ fl. 54.

O Juízo da Vara de Plantão da Comarca de São Paulo/SP converteu a prisão em flagrante do paciente em preventiva (e-STJ fls. 34/37).

Impetrado prévio *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada no acórdão de e-STJ fls. 136/144.

No presente *writ*, o impetrante sustenta a existência de constrangimento ilegal, em razão da ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz, em linhas gerais, ser desproporcional, diante das particularidades do caso concreto, a manutenção da prisão preventiva.

Afirma que a quantidade de drogas apreendida é pequena, bem como que o paciente possui circunstâncias pessoais favoráveis.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para que o paciente possa responder ao processo em liberdade. Subsidiariamente, pleiteia a decretação de medidas cautelares diversas da prisão.

O pleito liminar foi deferido (e-STJ fls. 148/151).

Informações prestadas (e-STJ fls. 158/169 e 172/183).

Parecer ministerial pela prejudicialidade do *writ* (e-STJ fls. 185/186).

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações extraídas do sítio eletrônico do Tribunal de origem, nos autos da Ação Penal n. 1517809-60.2019.8.26.0228, foi prolatada sentença em 26/9/2019, que julgou procedente a denúncia a fim de condenar o paciente à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, a ser cumprida no regime aberto. Foi concedido ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

Dessarte, é patente que o presente *writ* está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus* e **casso a liminar** anteriormente deferida.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator